

## COMPREENDER A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL: DILEMAS HISTÓRICOS E HORIZONTES POSSÍVEIS

Istelina Rosa Tomaz

**Resumo:** O presente artigo busca refletir sobre os dilemas históricos e os horizontes possíveis para a cultura africana e afro-brasileira no Brasil, com foco nas dinâmicas culturais, religiosas e sociais que perpassam essa herança. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, que dialoga com autores como Sueli Carneiro, Kabengele Munanga, Reginaldo Prandi e Pierre Bourdieu, analisa-se a trajetória da cultura africana e os desafios contemporâneos impostos pelo racismo estrutural e pela intolerância religiosa. O artigo defende a necessidade de compreensão e valorização das expressões culturais afrodescendentes como caminho para a construção de uma sociedade plural, antirracista e democrática. Este trabalho propõe que o reconhecimento e a valorização das culturas afro-brasileiras são essenciais para a justiça histórica e a emancipação social no Brasil.

**Palavras-chave:** Cultura afro-brasileira. Racismo estrutural. Intolerância religiosa.

### INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por intensos fluxos migratórios forçados, dentre os quais a diáspora africana se destaca como um dos principais elementos formadores da identidade nacional. Centenas de homens e mulheres negros africanos foram trazidos ao território brasileiro sob o regime escravocrata, cujas consequências ainda reverberam de maneira estruturante nas dinâmicas sociais contemporâneas. Entretanto, apesar de sua contribuição decisiva para a constituição da cultura brasileira e sempre presente na religiosidade, na música, na culinária, nos saberes populares, na oralidade e na organização comunitária a cultura africana e afro-brasileira tem sido historicamente silenciada, inferiorizada e estigmatizada ao longo de décadas no país.

Esse processo de injustiça não se dá apenas no plano material, mas também no campo simbólico, conforme analisa Pierre Bourdieu (1989), ao tratar da violência simbólica e da imposição de uma cultura dominante que deslegitima outras formas de saber e viver. A invisibilidade das expressões culturais negras está diretamente relacionada às estruturas do racismo que operam na sociedade brasileira, seja por meio da intolerância religiosa, da exclusão educativa, ou das representações estereotipadas nos meios de comunicação. Como afirma Sueli Carneiro (2011), a luta antirracista passa

necessariamente pela disputa de narrativas e pela afirmação das epistemologias negras como legítimas e potentes.

Compreender a cultura africana e afro-brasileira no Brasil, portanto, é um exercício que vai além da recuperação histórica: trata-se de um gesto político, ético e epistêmico, que exige o enfrentamento dos dilemas herdados de um passado colonial e a abertura para a construção de horizontes possíveis mais inclusivos, plurais e respeitosos com a diversidade cultural. O percurso metodológico adotado baseia-se em uma revisão bibliográfica interdisciplinar, com ênfase em autores como Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, Reginaldo Prandi, Bell Hooks.

A estrutura do artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, abordamos o legado africano na formação da cultura brasileira, seguido por uma discussão sobre as religiões de matriz africana como formas de resistência. Em seguida, problematizamos os mecanismos de apagamento cultural e intolerância religiosa, concluindo com uma reflexão sobre a valorização das identidades negras e os caminhos possíveis para a construção de uma sociedade justa e antirracista.

### **A presença africana na formação do Brasil**

A presença africana no Brasil não se resume à condição de mão de obra escravizada, como muitas vezes retratada de forma reducionista nos manuais escolares. Trata-se de uma presença fundante, estrutural, que permeia todos os aspectos da formação social, cultural e simbólica do país. Desde o século XVI, com o início do tráfico de negros africanos escravizados, populações oriundas de diferentes regiões do continente africano foram trazidas à força para o território brasileiro, trazendo consigo um amplo repertório de línguas, crenças, saberes, sabores e técnicas e formas de organização social.

Essa diversidade foi reinterpretada e recriada no Brasil a partir de processos de resistência e ressignificação. Como destaca Kabengele Munanga (2003), a cultura africana no Brasil não foi apenas transplantada: ela foi recriada em meio à dor, à violência e à opressão, constituindo o que se convencionou chamar de cultura afro-brasileira — um campo dinâmico, híbrido e profundamente marcado pela resistência simbólica. Nesse contexto, o sincretismo religioso, a oralidade, os ritmos musicais, as festas populares e os saberes ancestrais representam formas de manter viva a memória e a identidade africana, ainda que sob a vigilância do poder colonial e posteriormente do racismo republicano.

A presença africana também se faz notar em aspectos fundamentais do cotidiano brasileiro. A influência na culinária é notável em pratos típicos como o acarajé, a feijoada e o vatapá; na linguagem, por meio da incorporação de termos do iorubá e do quimbundo ao português falado; e na música, com gêneros como o samba, o maracatu e o jongo. Essas manifestações, no entanto, foram durante muito tempo desprezadas ou tratadas como “folclore”, fazendo assim um apagamento historiográfico, esvaziando sua força política e simbólica como patrimônio cultural afrodescendente.

Nesse sentido, defende-se que a identidade cultural não deve ser entendida como algo fixo ou essencial, mas sim como uma construção histórica e relacional, continuamente reelaborada nas trocas e experiências sociais. Por isso, reconhecer a influência africana na cultura brasileira implica superar os discursos coloniais que a esquece ao passado e assumir sua atuação viva e transformadora no presente. Tal reconhecimento é crucial para interpretar as desigualdades sociais atuais, assim como para compreender as estratégias de resistência elaboradas pelas populações negras diante dos recorrentes processos de silenciamento e exclusão.

Sob essa perspectiva, a identidade cultural deve ser compreendida como uma construção dinâmica e relacional, moldada historicamente nas interações sociais e sujeita a constantes processos de ressignificação. Como destaca Munanga (2003), a identidade negra no Brasil foi forjada não apenas a partir da resistência, mas também da negociação contínua entre o legado africano e as pressões do contexto social excludente. Compreender a presença africana na cultura brasileira, portanto, exige romper com leituras que a restringem ao passado, reconhecendo sua vitalidade e influência nas práticas culturais contemporâneas. Essa presença é central para a leitura das desigualdades raciais ainda vigentes e para a valorização das formas de resistência que os sujeitos negros vêm construindo diante dos mecanismos históricos de apagamento.

Portanto, a cultura afro-brasileira não deve ser vista como uma "contribuição" exótica à cultura nacional, mas como um dos seus alicerces mais profundos. Ignorar essa centralidade implica manter as estruturas de exclusão simbólica e cultural que sustentam o racismo no Brasil. Como afirma Sueli Carneiro (2011), a luta pela valorização da cultura negra é inseparável da luta por justiça social, pois ambas dizem respeito ao direito de existir plenamente na diversidade.

As religiões afro-brasileiras constituem um dos pilares mais significativos da herança cultural africana no Brasil. Sua presença remonta ao período escravocrata, quando homens e mulheres trazidos do continente africano encontraram na religiosidade

uma forma de manter vivos seus vínculos ancestrais, de elaborar a dor da diáspora e de afirmar sua humanidade em meio à brutalidade do sistema colonial. Essas religiões como o Candomblé, a Umbanda, o Batuque, o Tambor de Mina, entre outras representam, portanto, muito mais do que um sistema de crenças: são espaços de resistência, acolhimento, transmissão de saberes e reconstrução identitária.

Segundo Reginaldo Prandi (2005), os terreiros de Candomblé e demais casas de culto afro-brasileiro não apenas preservaram elementos dos deuses africanos — como os orixás, voduns e inquices como também constituíram redes de solidariedade, espiritualidade e formação comunitária para populações negras historicamente excluídas das estruturas institucionais do Estado. A ritualística, o uso das línguas africanas, os cânticos e os saberes transmitidos oralmente configuram práticas de resistência que sobreviveram ao apagamento colonial e continuam a ser fundamentais para a afirmação das identidades negras no Brasil.

Contudo, essas expressões religiosas foram e ainda são alvo de intensa perseguição e intolerância religiosa. No século XIX, com a consolidação do Estado laico, paradoxalmente os cultos afro-brasileiros passaram a ser sistematicamente associados à criminalidade, à feitiçaria ou à superstição, sendo enquadrados no Código Penal como “curandeirismo” ou “charlatanismo” (Munanga, 2003). Esse processo de criminalização institucionalizou o preconceito e promoveu o estigma social que ainda hoje recai sobre essas religiões. A intolerância religiosa, conforme apontado por Sueli Carneiro (2011), é uma das faces mais perversas do racismo brasileiro, pois atinge diretamente o direito à liberdade de crença das populações negras no país.

Na atualidade, apesar dos avanços legislativos — como a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento da liberdade religiosa —, o Brasil ainda registra inúmeros casos de violação de direitos contra praticantes de religiões de matriz africana. Dados de órgãos como o Disque 100 e o Ministério dos Direitos Humanos apontam que os terreiros são frequentemente alvo de ataques físicos, incêndios criminosos, depredações, além de agressões físicas, verbais e simbólicas nas redes sociais, muitas vezes protagonizadas por grupos religiosos neopentecostais. Essa realidade denuncia a permanência de um imaginário colonial que associa o negro à inferioridade moral e espiritual.

Nesse cenário, o conceito de “violência simbólica”, desenvolvido por Pierre Bourdieu (1989), ajuda a compreender como a cultura dominante opera para naturalizar a marginalização das religiões afro-brasileiras, impondo como legítimo apenas o modelo

cristão ocidental. A hegemonia de uma narrativa religiosa única, difundida por escolas, meios de comunicação e políticas públicas, contribui para o silenciamento e deslegitimação de outros modos de ver e viver o sagrado.

Ainda assim, os terreiros persistem como territórios de reexistência, ressignificação e produção de sentido para milhares de brasileiros. Eles não apenas garantem a continuidade de uma tradição ancestral, mas também reinventam práticas e discursos para dialogar com a contemporaneidade. Em um processo de resistência no qual os negros não apenas se opõem à opressão, mas criam novas formas de estar no mundo, afirmando suas resistências negras históricas em sua plenitude.

Em suma, as religiões afro-brasileiras enfrentam, simultaneamente, o desafio da sobrevivência em meio à intolerância e a missão de reencenar o mundo com saberes ancestrais. Compreendê-las é reconhecer sua importância na luta antirracista e na valorização da pluralidade religiosa e cultural do Brasil.

### **Racismo estrutural e apagamento simbólico**

A marginalização das culturas africanas e afro-brasileiras no Brasil não se trata de um fenômeno isolado, mas de um processo sistemático, sustentado por um modelo de sociedade fundado na hierarquização racial. Esse modelo, como destaca Silvio Almeida (2019), configura o que se entende por racismo estrutural: um conjunto de práticas, instituições, discursos e saberes que naturalizam desigualdades e deslegitimam experiências e identidades negras, tornando o racismo uma engrenagem invisível, porém operante, no funcionamento social.

No campo da cultura, esse racismo estrutural manifesta-se por meio do apagamento simbólico. As manifestações culturais afrodescendentes, como as danças, os idiomas de origem africana, os ritos religiosos, as vestimentas e os modos de viver, são frequentemente silenciadas, esvaziadas de sentido ou descontextualizadas. Quando incorporadas à cultura dominante, essas expressões muitas vezes são apropriadas sem reconhecimento de sua origem, reduzidas a entretenimento ou folclore, como ocorre com a capoeira, o samba e até mesmo os turbantes, amplamente comercializados sem referência a seus significados ancestrais.

Pierre Bourdieu (1989) fornece um aparato teórico fundamental para compreender esse fenômeno, ao introduzir o conceito de violência simbólica. Trata-se de uma forma de dominação sutil, mas profundamente eficaz, que atua ao impor como legítima a cultura

do grupo dominante e ao relegar as demais culturas a um lugar de inferioridade, atraso ou superstição. No caso brasileiro, isso se traduz na construção de uma ideia de “brasilidade” que ignora ou minimiza o papel central das matrizes africanas em sua formação.

O sistema educacional, em particular, é um dos espaços onde essa violência simbólica se reproduz com maior força. Durante séculos, a história ensinada nas escolas apagou a contribuição africana, apresentando os negros apenas como escravizados, sem agência, cultura ou pensamento próprios. Apesar da promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, sua implementação efetiva ainda encontra grandes resistências. Como aponta Sueli Carneiro (2011), a ausência de formação antirracista nos corpos docentes e a hegemonia do conhecimento eurocentrado contribuem para a manutenção de um modelo educacional excludente e desatento à diversidade cultural.

Nos meios de comunicação, o apagamento se materializa na invisibilidade de protagonistas negros em posições de poder simbólico, como jornalistas, escritores, apresentadores ou especialistas. Quando aparecem, muitas vezes é em papéis estigmatizados ou caricatos, reforçando estereótipos raciais historicamente construídos. Tais imagens não apenas desumanizam os sujeitos negros, mas consolidam a ideia de que a cultura e os saberes afro-brasileiros são subalternos ou não pertencem ao espaço público de prestígio.

A perpetuação desses processos também está ligada a uma negação histórica da contribuição africana para o pensamento. Como denuncia Lélia Gonzalez, o racismo epistêmico invisibiliza a filosofia, a cosmologia e a oralidade africana como fontes legítimas de produção de conhecimento. Nesse sentido, compreender o racismo estrutural é também um chamado à descolonização do saber, à reconstrução dos currículos escolares e acadêmicos, e à valorização das epistemologias negras como parte legítima do patrimônio intelectual da humanidade.

Portanto, o combate ao apagamento simbólico exige mais do que políticas de inclusão: requer uma transformação radical nas formas de perceber, ensinar, representar e valorizar as culturas afro-brasileiras. Trata-se de deslocar o olhar da tolerância passiva para o reconhecimento ativo, compreendendo que a cultura negra não é apenas parte do passado, mas uma força viva, que continua a construir o Brasil em sua complexidade e beleza.

Diante de um histórico marcado pelo racismo estrutural e pelo apagamento simbólico das culturas afrodescendentes no Brasil, torna-se urgente destacar as múltiplas

formas de resistência e os movimentos de revalorização cultural protagonizados por sujeitos e coletivos negros. Longe de serem vítimas passivas de processos de exclusão, as populações afro-brasileiras têm mobilizado, ao longo do tempo, estratégias criativas e políticas para manter viva sua herança cultural, disputar narrativas e afirmar sua presença na cena pública.

Uma das principais iniciativas no campo institucional foi a promulgação da Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos escolares. Essa legislação representou um marco jurídico e pedagógico fundamental na luta por uma educação antirracista e plural. No entanto, como apontam autores como Nilma Lino Gomes (2012) sua efetividade ainda esbarra em resistências institucionais, falta de formação docente e insuficiência de materiais didáticos adequados.

Paralelamente às ações estatais, surgem com força os movimentos culturais negros, que atuam como espaços de criação e recriação identitária. Grupos de maracatu, jongo, samba de roda, blocos afro e coletivos de teatro negro reconfiguram a cena cultural brasileira, promovendo representatividade e contestação. A música, em especial, tem se mostrado um campo de forte articulação política e estética, com artistas como Elza Soares, Milton Nascimento, Bezerra da Silva, Luedji Luna, Emicida e Rincon Sapiência produzindo obras que tematizam o racismo, a ancestralidade e a valorização da identidade negra.

Além disso, observa-se o crescimento de projetos de resgate da ancestralidade, com enfoque na valorização de saberes tradicionais, cosmologias africanas, religiosidade, memória oral e línguas de matriz africana. Esses modos de agir se inserem no modo de resistir ao modo de negação do opressor, mas que afirmam modos próprios de viver, pensar agir e produzir e fazer sentido a sua existência no mundo. Trata-se de uma produção ativa de subjetividades que escapam à lógica da dominação cultural e constroem novas possibilidades de existência.

No campo religioso, os terreiros de Candomblé, Umbanda e outras tradições afro-brasileiras continuam sendo espaços de resistência espiritual, social e política. Frente à crescente intolerância religiosa, muitas comunidades religiosas têm promovido ações de diálogo inter-religioso, acolhimento, assistência social e formação política. A espiritualidade, nesse contexto, é também força de mobilização ética, de cura e de afirmação coletiva.

Portanto, as perspectivas de resistência e revalorização cultural apontam para a construção de horizontes possíveis. Não se trata apenas de preservar tradições, mas de reconhecer que as culturas afro-brasileiras são fundamentais para o presente e o futuro do país. Como afirma Bell Hooks (2013), a cultura negra é lugar de resistência radical, capaz de forjar novas visões de mundo e práticas libertadoras. Nesse sentido, compreender e valorizar essas expressões não é uma concessão, mas um passo essencial rumo à justiça histórica e à emancipação social.

### **Considerações Finais**

Compreender a cultura africana e afro-brasileira no Brasil é uma tarefa que exige o enfrentamento direto das heranças coloniais que ainda estruturam a sociedade brasileira. Ao longo deste artigo, procuramos evidenciar que a cultura afrodescendente não constitui um apêndice exótico ou marginal à história nacional, mas sim uma de suas fundações centrais, ainda que sistematicamente negada, silenciada e subalternizada por processos de dominação simbólica, racismo estrutural e intolerância religiosa.

A análise das contribuições africanas à formação do Brasil revela uma riqueza de práticas culturais, saberes ancestrais e formas de organização social que sobreviveram à brutalidade da escravidão e às tentativas de apagamento. As religiões de matriz africana, os ritmos, as línguas, os modos de vida e as expressões estéticas negras são, ao mesmo tempo, testemunhos de dor e resistência, e manifestações de uma potência criativa que continua a reinventar-se.

No entanto, o reconhecimento dessas culturas no espaço público e institucional ainda enfrenta muitos obstáculos. A violência simbólica, conforme discutida por Bourdieu, continua a operar na educação, nos meios de comunicação e nas políticas culturais, reiterando hierarquias e exclusões. A implementação da Lei 10.639/03, apesar de sua importância histórica, mostra-se insuficiente sem um compromisso efetivo com a formação crítica dos educadores, a produção de materiais didáticos de qualidade e o diálogo com as comunidades negras.

Por outro lado, os movimentos de resistência e revalorização cultural apresentados ao longo do texto demonstram que é possível — e urgente — pensar horizontes transformadores. O termo resistência o protagonismo das juventudes negras, a força da arte, da espiritualidade e da educação antirracista, o racismo estrutural revela que a cultura

afro-brasileira não é apenas herança do passado, mas condição de possibilidade para um futuro mais justo, plural e democrático.

Assim, a valorização da cultura africana e afro-brasileira não deve ser tratada como um gesto simbólico de reparação, mas como um dever moral, político e civilizatório. Reconhecê-la em sua complexidade é reconhecer também o direito à existência digna, ao pertencimento, ao respeito moral e à produção de sentido das populações negras no Brasil. É, em última instância, reformular o país a partir de suas multiplicidades, reescrevendo a história e abrindo caminho para uma sociedade verdadeiramente antirracista em suas estruturas e práticas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** / organização Sergio Miceli- São Paulo. Perspectiva 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a diversidade: a formação de professores em questão**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2012.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz. Educação das relações étnico-raciais: currículo e formação de professores. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 37-51.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2003.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.